

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINDICATO DOS AGENTES FISCAIS DE RENDAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – SINAFRESP – REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE ABRIL DE DOIS MIL E QUATORZE E CONVOCADA PELA PRESIDENTE DO SINDICATO, COM FUNDAMENTO NO PARÁGRAFO SEGUNDO DO ARTIGO SEXTO E NOS ARTIGOS NONO E QUARENTA E SEIS DO ESTATUTO SOCIAL.

Aos vinte e seis dias do mês de abril de dois mil e quatorze (26/04/2014), com início às 9h30min (nove horas e trinta minutos), realizou-se a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) do Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo – SINAFRESP – na AMCHAM – Câmara Americana de Comércio, situada na Rua da Paz, nº 1.431, Chácara Santo Antonio, em São Paulo, Capital, que, nos termos do Edital publicado no jornal “O Diário de São Paulo”, no dia dezesseis de abril de dois mil e quatorze (16/04/2014), na página 3, foi convocada para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: “1) Deliberar sobre a pauta de reivindicações da categoria, definindo suas prioridades e demandas junto ao Governo do Estado; 2) Deliberar sobre as ações efetiva da categoria para conquistar suas reivindicações, estabelecendo um cronograma de mobilizações.” Verificada a existência de 392 (trezentos e noventa e dois) AFRs, dentro da sala, atingindo assim quorum para a realização da AGE, foi dada abertura dos trabalhos pela Presidente do SINAFRESP, MIRIAM ARADO, em conformidade ao artigo 17 do Regimento Interno, a qual fez a leitura integral do Edital de Convocação da AGE. Em seguida, a PRESIDENTE solicitou ao plenário a indicação de um colega para presidir os trabalhos, conforme estipulado no § único do art. 17 do Regimento. Foram indicados os seguintes nomes: RENATO SACCARO – DRT 7; LUÍS GUSTAVO AMORIM THEODORO – DRT 3; PEDRO DE OLIVEIRA ABRAHÃO – SEDE, sendo que este último abdicou de sua nomeação. Após apuração dos votos, LUÍS GUSTAVO AMORIM THEODORO, foi eleito, por maioria de votos. Ao assumir a mesa, GUSTAVO, convidou os colegas SACCARO e ANDRE FELIPE SANTOS – SEDE, ambos Conselheiros do SINAFRESP, para secretariar os trabalhos. Também compuseram a Mesa o Dr. THIAGO CARNEIRO ALVES e Dr. CRISTIAN DAVID GONÇALVES, advogados do Departamento Jurídico do SINAFRESP, bem como a Sra. Francine Matos Maiate e Srta. Jéssica Barbosa Costa, para auxiliar na elaboração da Ata da AGE. Passou-se ao item 1 da pauta da AGE “Deliberar sobre a pauta de reivindicações da categoria, definindo suas prioridades e demandas junto ao Governo do Estado”. Concedida a palavra à MIRIAM, a Presidente passou a elencar as sugestões de propostas de reivindicação da Diretoria Executiva e já aprovadas no Conselho do SINAFRESP: 1) Aumentar a remuneração dos agentes fiscais de rendas; 2) Propor e aprovar uma LOAT (Lei Orgânica da Administração Tributária), com independência e autonomia; 3) Extinguir o nível básico; 4) Mudar regras da promoção por merecimento, que são discriminatórias e injustas, sendo especialmente necessário: 4.1) diminuir a diferença de pontuação criada entre chefes e subordinados; 4.2) melhorar a pontuação dos colegas na fiscalização externa; 5) Retornar a promoção por antiguidade, alternada com a por merecimento; 6) Estender o pagamento de auxílio alimentação/vale-refeição, aos AFRs; 7) Respeitar as normas da NR 17 do Ministério do Trabalho, especialmente, quanto ao item 17.5.2; 8) Revisão das técnicas fiscais e das operações que vem sendo realizadas, para evitar trabalhos inócuos ou burocráticos, que não trazem retorno para o Estado e a sociedade. Ao final de sua fala, MIRIAM protocolou, junto à Mesa, a proposta apresentada. O Presidente da AGE deu oportunidade aos colegas do plenário para apresentarem outras propostas de reivindicações, apresentando-as, por escrito à Mesa, e novamente franqueou a palavra à Miriam para que ela fizesse a defesa das propostas da Diretoria e do Conselho. Enquanto

novas propostas eram protocoladas junto à Mesa, a Presidente do Sindicato defendeu as propostas já elencadas, justificando-as, também, em razão do resultado da pesquisa de opinião realizada junto aos filiados. MIRIAM finalizou sua fala ressaltando que os pontos apresentados não são excludentes e nem exaustivos, e que, havendo algo não contemplado na proposta apresentada, os demais colegas poderiam se manifestar. RODRIGO - DRT 3, pediu a palavra, por questão de ordem, informando que havia fiscais fora da sala, impedidos de participarem da AGE e solicitou esclarecimentos sobre a não participação dos mesmos. O Presidente da AGE apresentou a seguinte proposta, autorizar a entrada dos colegas sem direito a voz e a voto, deixando-os em lugar separado no plenário para serem identificados e assim não prejudicar a eficácia e validade da AGE. ANTONIO GUERRA - DRT 3 propôs que os fiscais entrassem no plenário e participassem normalmente como sindicalizados. Após discussões e esclarecimentos GUSTAVO THEODORO, informou que não levará a votação a proposta do GUERRA, tendo em vista o disposto no artigo 9º do Estatuto: "Artigo 9º - A Assembleia Geral dos filiados é o órgão supremo do Sinafresp, tendo poderes, dentro dos limites deste Estatuto, para tomar toda e qualquer decisão de interesse da categoria, e é constituída por todos os filiados que estiverem em dia com suas obrigações estatutárias." Assim o PRESIDENTE colocou em votação a seguinte proposta: autorizar a entrada dos colegas sem direito a voz e a voto, deixando-os em lugar separado no plenário, sendo aprovada, por maioria de votos. Assim os colegas adentraram ao plenário e foram direcionados a um espaço reservado para melhor identificá-los. Em seguida foi dada continuidade a AGE. O Presidente informou que a Mesa recebeu outras propostas e solicitou que as mesmas fossem defendidas por seus autores. MAURICIO ISAMU ISHIKAWA - DRT-5 esclareceu que apenas gostaria de complementar as propostas já apresentada, sugerindo maior divisão nos itens sobre remuneração, para facilitar a votação; referente à promoção, complementou, informando que o mecanismo de aumentar para 30% ao invés de 20% o percentual de pessoas que podem ser promovidas. Sobre a PR dos colegas do último concurso informou que estão sendo descontado os 11% da SPPREVCOM, assim propôs que Sindicato atue nesta questão. ALEXANDRE MEIRELLES - DRT 16 salientou que no item 6 da proposta trazida pela Diretoria e Conselho não fala da parte dos 20%. Propôs a formação de uma comissão para estudar melhor as regras de promoção por merecimento. GUILHERME RAIMUNDO LEAL TAVARES - DRT 5 propôs que se separasse a questão de cálculo da cota da remuneração porque o cálculo da cota depende da arrecadação real; propôs ainda incluir no item da revisão da promoção, que a lei fixe o mínimo a ser promovido. GUSTAVO MOURA - DRT4 propôs que fosse adicionada à pauta a desvalorização do fiscal externo em termos remuneratórios, principalmente, pós a reestruturação 2008. EDSON DE SOUZA - DRT 15 propôs como principal ponto em todas as negociações com o Governo, o fim do nível básico. JOÃO EDUARDO DADO - DEPUTADO propôs suprimir 2 níveis e a necessidade de uma PEC, do sub-teto único de subsídio de desembargador. Defendeu sua proposta informando que ambas reunificarão a carreira e aí assim poderemos discutir esta subserviência da carreira ou essa prevalência de um Secretário de Fazenda sobre uma categoria ao definir qual o valor da PR que deverá ser pago, categoria esta que é responsável pelo custeio de tudo que o Estado de São Paulo faz. Após o Presidente da AGE convidou o Deputado para compor a mesa. O Presidente da AGE propôs que fosse levada em votação a proposta do Sindicato e, naqueles itens que foram apresentados como propostas alternativas, posteriormente fossem discutidos em destaque. Assim foi dada oportunidade para esclarecimentos e manifestações. Após foi

levada a votação a proposta apresentada pela Diretoria e Conselho do SINAFRESP, sendo esta aprovada, por maioria de votos. BRUNO MELLO MULATO – DRT 5 afirmou que para a categoria atingir a desejada união é necessário reduzir o fosso salarial existente entre os AFRs mais velhos e AFRs mais novos. Para isso seria necessário primeiro extinguir um nível e alterar a cota. Quem mais precisa hoje são os mais novos. A categoria só deveria brigar pela PEC após resolver a questão do nível e da cota. Houve extensa discussão sobre os destaques apresentados ao item 1 da proposta do Sinafresp. Encerrados os debates, GUSTAVO THEODORO apresentou a seguinte proposta substitutiva, formulada a partir das manifestações dos presentes sobre o assunto: *Aumentar a remuneração dos agentes fiscais de rendas de forma que não aprofunde as divisões salariais da classe e dando prioridades aos seguintes itens: extinção dos 2 níveis iniciais e reenquadramento dos atuais ocupantes destes níveis; Repactuação do cálculo da cota e PEC Estadual, as três de forma conjunta no tocante à prioridade.* O Presidente esclareceu ainda que tais medidas devem ser reivindicadas de tal forma a não aprofundar as divisões da classe. Aberta a votação, a proposta foi aprovada, por maioria de votos. Com esta votação, GUSTAVO THEODORO informa que o item 3, que tratava da exclusão do nível básico, foi votado, pois será aglutinado ao item 1. Como não foram apresentadas novas propostas sobre o item 2 da pauta "*Propor e aprovar uma LOAT (Lei Orgânica da Administração Tributária), com independência e autonomia*", este foi devidamente aprovado sem emendas. Dando seguimento à pauta, passou-se ao item 4 e 5 da pauta aprovada: "*Mudar regras da promoção por merecimento, que estão discriminatórias e injustas, sendo especialmente necessário: 4.1) diminuir a diferença de pontuação criada entre chefes e subordinados; 4.2) melhorar a pontuação dos colegas na fiscalização externa*" e "*Retornar a promoção por antiguidade, alternada com a por merecimento*". Após esclarecimentos o Presidente da AGE verificou, a partir das manifestações do plenário, que a classe gostaria que fosse apresentada uma proposta para a Administração visando à aceleração das promoções. Para isso, conforme proposta apresentada pelo Alexandre Meirelles (tratada com substitutiva à proposta do Sinafresp), deveria ser aproveitado o trabalho já realizado em um workshop do SINAFRESP, juntamente com a comissão da época, devendo este trabalho ser atualizado, bem como incluir na comissão membros do último concurso que não foram contemplados, uma vez que não pertenciam à carreira a época, membros estes que serão indicados pelo Conselho. Assim, após discussões, foi levada a votação a seguinte proposta: *uma substituição dos itens 4 e 5 da proposta do Sindicato por uma redação mais genérica que busque por uma aceleração do tempo de promoção, tendo por base a atualização dos estudos já realizados pelo Workshop do Sinafresp, sendo aprovada por maioria dos votos.* Na sequência passou-se aos próximos itens da proposta já aprovada "6) *Estender o pagamento de auxílio alimentação/vale-refeição, aos AFRs; 7) Respeitar as normas da NR 17 do Ministério do Trabalho, especialmente, quanto ao item 17.5.2; 8) Revisão das técnicas fiscais e das operações que vem sendo realizadas, para evitar trabalhos inócuos ou burocráticos, que não trazem retorno para o Estado e a sociedade.* GUSTAVO THEODORO esclareceu que este item 6) também foi mencionado na proposta do colega MAURICIO, e referente aos demais itens, como já foi aprovada a proposta do SINAFRESP, e não houve manifestações a respeito, estes já estão aprovados e sem emendas, não tendo mais o que ser discutido. O Presidente ressaltou a proposta do colega GUSTAVO MOURA - DRT4, sobre *desvalorização do fiscal externo em termos remuneratórios, principalmente, pós a reestruturação 2008* e como este assunto foi levantado e não consta na pauta do SINAFRESP,

solicitou que o colega defendesse, de forma sucinta a proposta. **GUSTAVO MOURA – DRT4**, defendeu sua proposta informando que trata-se da questão dos externos de 2009-2013 que ingressaram diretamente na externa ou foram para a externa posteriormente, solicitado assim uma equiparação do salário do externo atual com o do interno, acrescentou que a igualdade no pagamento da PR, já resolveria, se não resolveria, seria um ponto a ser discutido. Dada oportunidade para esclarecimentos e discussões. Encerrado os esclarecimentos foi levada a votação a seguinte proposta de inclusão na agenda de reivindicações, *Equiparação salarial entre internos e externos, sendo aprovada, por maioria de votos*. Após se deu por encerrado este item da pauta da AGE, e passe-se ao item 2 “Deliberar sobre as ações efetiva da categoria para conquistar suas reivindicações, estabelecendo um cronograma de mobilizações” O Presidente da AGE, deu oportunidade para os colegas apresentarem suas propostas. **RODRIGO – DRT 3** propôs a publicação de artigos na mídia; **LUIS – DTI SEDE** propôs operação padrão. **RAFAEL – DRT 13** trouxe proposta da sua delegacia sugerindo uma gradação nas mobilizações, iniciando com as paradinhas seguida de operação padrão e culminado com uma greve. **DADO** propôs que a categoria reunida em Assembleia decidiu que o Sinafresp encaminhe aos deputados um pleito para que eles oficiem ao Governador numa data que a categoria defina para uma audiência com o Governador. Aberta a oportunidade para esclarecimentos e manifestações. Após foi levada em votação a seguinte proposta *convocação dos deputados, prefeitos, e líderes da ALESP para protocolar o ofício para agendamento de uma reunião do Sindicato com o Governador para entrega do plano de reivindicações com a presença da base, sendo aprovada por maioria de votos*. Após foi colocado em discussão a escolha de uma data para que o Governador atenda a categoria, sendo estipulado o dia 30 de maio, por maioria dos votos. Em seguida **GUSTAVO THEODORO**, esclareceu que caso não tenhamos uma resposta positiva desta audiência com o Governador, teremos que colocar em prática outras mobilizações, assim sugeriu a avaliação daquelas já apresentadas: paradinhas, manifestações virtuais, publicação de artigos na mídia e operação padrão. Aberta para discussão e votação para a realização das mobilizações foi decidida a data a partir do dia 5 de julho, sendo aprovadas por maioria de votos, ficando ressaltado que as manifestações virtuais e publicações de artigos na mídia devem ser unificadas pela direção do Sindicato, que todos da classe colaborarão, porém serão publicados em nome do SINAFRESP. Em seguida foram apresentadas duas propostas: 1) *realizar cada mobilização com a duração de um mês;* 2) *mobilizações simultâneas, a partir do prazo determinado (5 de julho) e que elas não dependerão do resultado, uma das outras*. Dada à abertura para votação verificou-se a falta de quórum, assim não sendo possível deliberar sobre este assunto, bem como, prosseguir com a AGE, o Presidente da Mesa, **GUSTAVO THEODORO**, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Assembleia Geral Extraordinária.

São Paulo, 26 de Abril de 2014.



LUÍS GUSTAVO AMORIM THEODORO
PRESIDENTE



ANDRÉ FELIPE SANTOS
SECRETÁRIO



RENATO SACCARO
SECRETÁRIO